



Guia de Estudos

CPSUA-CSNU 2019

**A Violação de Direitos Humanos
na República Centro-Africana**

Diretores:

Ana Beatriz Prado Araújo

João Lucas Paiva Lamounier

Maria Rita Delabrida Prado

Sumário

1.0 Apresentação da equipe	página 3
2.0 Apresentação do tema	página 3
2.1 Contexto histórico	página 3
2.2 Guerra Civil na República Centro-Africana e a escalada do conflito	página 5
2.3 Missões de paz e o cenário de atuação	página 6
2.4 MINUSCA: a operação de paz dentro do território africano	página 6
2.5 Conselho de Direitos Humanos e suas principais características	página 7
2.6 ONGs e outras organizações: atuando dentro da RCA	página 8
3.0 Apresentação do comitê	página 9
3.1 O Conselho de Segurança das Nações Unidas	página 10
3.2 O Conselho de Paz e Segurança da União Africana	página 11
4.0 Questões relevantes acerca do debate	página 12
5.0 Posicionamento dos principais atores	página 12
5.1 República Centro-Africana	página 12
5.2 Estados Unidos da América	página 12
5.3 República Francesa	página 13
5.4 República da Guiné Equatorial	página 13
5.5 República do Senegal	página 13
5.6 República do Benim	página 14
5.7 República Federativa do Brasil	página 14
5.8 República do Congo	página 14
5.9 República do Chade	página 15
5.10 República de Angola	página 15
5.11 República dos Camarões	página 15
5.12 República da África do Sul	página 15

1. Apresentação da equipe

Olá queridos Delegadxs, meu nome é Ana Beatriz Prado Araújo, tenho 17 anos e curso o terceiro ano do ensino médio da nossa querida escola. Essa é a minha segunda vez como diretora e minha terceira participação no CIDS. Este ano estou muito feliz em participar de novo como diretora, tanto pelo tema do comitê, tanto pelos meus colegas João e Maria que vão me ajudar nessa tarefa (só que dessa vez não tem casa de doces, infelizmente, nem bruxa má, felizmente). Espero que vocês possam tirar muitas coisas boas do comitê, aprender muitas coisas e ensinar muitas coisas. Lembrem-se que podem contar comigo se tiverem dúvidas ou precisarem de ajuda pra alguma coisa. Bons estudos!

Olá delegadxs, me chamo João Lucas Paiva Lamounier, tenho 16 anos e curso atualmente o segundo ano do ensino médio. Concluo esse ano a minha terceira participação no CIDS (Comissão Interna de Diplomacia Semear). Deleguei no comitê AGNU 2030 por dois anos consecutivos e neste tenho o imenso prazer de ser diretor e coordenar tema no qual admiro muito. Acredito que esse tema trará boas discussões para o andamento do comitê. Espero que gostem e boas simulações.

Olá queridos delegatos e delegatas, me chamo Maria Rita Delabrida Prado, tenho 16 anos e curso atualmente o segundo ano do ensino médio. Este é o terceiro CIDS em que participo, sendo 2 anos consecutivos participando como delegada no comitê ONU mulheres e este ano tenho o prazer de ser diretora de um comitê no qual julgo um tema muito importante e interessante para ser debatido. Nós diretores acreditamos que ao debater este tema aprenderemos muitas coisas, tanto nos diregatos quanto vocês delegadxs. Espero que tenham ótimos estudos e excelente simulação, o que precisarem podem contar comigo. Beijinhos!!!

2. Apresentação do tema

Esta sessão contará com a explanação do tema a partir de uma visão mais aprofundada. Para isso, discutiremos questões como o contexto histórico da República Centro Africana (RCA), passando pelas causas da guerra civil e a escalada do conflito naquele território. Serão abordadas também as missões de paz, conhecidas como Operações de Peacekeeping, além de um aprofundamento na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). Em seguida, refletiremos sobre o Conselho de Direitos Humanos, a abordagem geral desses direitos, como eles estão sendo violados no território centro africanos e que organizações estão atuando para amenizar as consequências dessas violações. Essa temática é extremamente importante, visto que hoje a questão dos Direitos Humanos está em alta e a onda de autoritarismo se vê constante em diversos países do mundo. Podemos identificar uma espécie de retrocesso das conquistas em Direitos Humanos, que estão sendo ignorados e sobrepujados pela vontade de minorias de governantes, militares ou ainda, por uma parcela da sociedade que possui mais poder.

2.1. Contexto Histórico

A República Centro-Africana (RCA), assim como Chade, Gabão, Camarões e República do Congo, é uma ex-colônia da França que se tornou independente em 1960. Era considerada de pouca importância e até os anos 1990 viveu sob regimes autoritários e trocas de poder permeadas de violência. Posteriormente, a RCA passou por regimes alternados em democracias e golpes de Estado, ainda influenciado pelos interesses franceses. Sendo assim, “a RCA é apenas mais um dos países africanos ‘criados’ pela

dominação europeia no fim do século XIX, através da Conferência de Berlim, ocorrida em 1885” (PIVA; GOMES, 2014).

Após a independência em 1960, David Dacko elegeu-se o primeiro presidente e uma série de regimes autocráticos se seguiu. Em 1966 com um golpe, o coronel Jean-Bedel Bokassa assume o poder, revoga a constituição de 1959, e assume os poderes legislativo e executivo. Em 1976, o então presidente proclamou-se imperador e a república torna-se monarquia. O regime do Imperador Bokassa I foi marcado de muita violação dos direitos humanos, possuindo até mesmo denúncias de canibalismo por parte do imperador. Bokassa manteve-se no poder até 1979, quando os abusos praticados pelo seu governo geraram protestos, o ex-presidente David Dacko liderou um golpe bem-sucedido apoiado pelos franceses e retomou o poder.

A primeira eleição democrática ocorre em 1993, Ange Felix Patassé é eleito no segundo turno sendo reeleito para mais um mandato em setembro de 1999. Porém o período de instabilidade não terminou. “A corrupção e a falta de instituições governamentais fortes levaram à sua queda em 2003” (PIVA; GOMES, 2014). Francois Bozizé realizou um golpe e declarou-se presidente. O governo de Bozizé, apesar de possuir apoio de países vizinhos, ficou conhecido por ter eleições fraudulentas, corrupção, despotismo e por instabilidade: 2004, conflito entre libertadores e militares das Forças Armadas; 2005, aumento de rebeliões por território e forte acusação da RCA estar violando os Direitos Humanos; 2006, cidades tomadas por insurgentes; 2007, novos ataques e críticas das ONG’s presentes no território, como a Human Rights Watch e Anistia Internacional; 2008, celebração de um acordo de paz e um diálogo entre insurgentes e governo (CAMPOS, 2016).

Em dezembro de 2012, surgiu um grupo rebelde chamado Séleka. Ele era composto por todos os grupos rebeldes do noroeste da RCA e rumaram para a capital Bangui afim de tomar o poder. Nessa trajetória, “devastaram o interior do país com violência, pilhagem, estupros e recrutamento de crianças como soldados” (PIVA; GOMES, 2014). Esse grupo dificultou, desde então, todos os acordos de paz que eram propostos e, em março de 2013, conseguiram tomar a capital. Como se não fosse suficiente, dentro do próprio grupo Séleka, existiam rebeldes que começaram a agir por conta própria, aumentando ainda mais a onda de violência e criando milícias cristãs denominadas anti-balaka (PIVA; GOMES, 2014).

Em 2014, o então presidente Michel Djotodia se demitiu por causa das pressões internacionais e, “dias após o Parlamento do país elegeu Catherine Samba-Panza, a primeira presidenta do país” (PIVA; GOMES, 2014). Mesmo na esperança de mudanças com a troca do governante, após o primeiro pronunciamento da mesma, “houve um linchamento brutal de um suspeito de ser um rebelde Séleka: a vítima foi esfaqueada, apedrejada até a morte, esquartejada e o que restou de seu corpo foi queimado” (PIVA; GOMES, 2014).

O alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos alertou que a segurança e a situação de direitos humanos na República Centro-Africana podem estar começando a se deteriorar novamente. As milícias intensificam seus atos violentos a cada ano, atingindo inclusive forças de paz e humanitárias que estão naquele território. Em uma oportunidade, o então Secretário Geral da ONU apelou para que os direitos e a ajuda não fossem impedidos de chegar às populações necessitadas (UNRIC, 2017).

Diante disso, a temática do comitê é abordar casos de violação de Direitos Humanos na República Centro-Africana, relacionados às questões de segurança,

desarmamento e escalada de conflito, visando alternativas que poderiam aumentar o desempenho da própria MINUSCA, diminuir as práticas violentas e pensar em iniciativas para promover o diálogo entre todos os parceiros políticos e sociais. Entre outras, debater-se-á a possibilidade de envio de esforços para melhorar a segurança; a implementação de diferentes acordos entre os grupos políticos e militares ativos no terreno, incluindo o Desarmamento, Desmobilização, Reinserção (DDR) e medidas para evitar a violação dos Direitos Humanos.

2.2 Guerra Civil na República Centro-Africana e a escalada do conflito

A constituição do presente é feita pelos traços do passado. Desta maneira, buscar a compreensão sobre a realidade vivida na República Centro-Africana exige também analisar os acontecimentos predecessores, isto é, o que aconteceu que acarretou no atual cenário de violência. Em termos gerais pode-se argumentar que anteriormente ao conflito a insuficiência das instituições, bem como os serviços públicos já demonstravam um ambiente frágil, o qual tornava-se território fértil o suficiente para a existência de grupos insurgentes e rebeldes (CPSUA-CSNU, 2018).

André Kolingba, líder da RCA durante os anos de 1981 a 1993, era criticado pelo modo de como ele governava o estado, tratando-o como sua propriedade privada e desprezando a ordem pública e os direitos civis (CPSUA-CSNU, 2018).

No ano de 1993 houve uma tentativa de estabelecer a democracia com a eleição de Ange-Félix Patassé. Contudo, Patassé, além de seguir a mesma linha de governança de seu antecessor, também passou a promover a separação étnica, ignorando os direitos civis dos cidadãos. Arelado a tal efeito, houve o aumento da instabilidade no território centro-africano, uma vez que a fragilidade do governo de Patassé facilitou a emergência de rebeldes e grupos insurgentes (alguns deles apoiados por países vizinhos como Chade e Sudão), criando um cenário no qual sete tentativas de golpes de Estado existiram (KAH, 2016; KÄI-HKÖ; UTAS, 2014).

O governo de Patassé chegou ao fim em 2003, quando François Bozizé tomou o poder por meio de um golpe armado, realizado com um grupo grande de civis de Chade, enquanto Patassé se encontrava na Nigéria para um encontro da Comunidade dos Estados do Sahel- Saara (COMESA).

Ainda no ano de 2003, um grupo rebelde insurgente denominado Séleka retirou o poder de Bozizé e assumiu o controle da RCA, a qual tinha como novo líder Michel Am Nondroko Djotodia. A justificativa utilizada pelos rebeldes para o golpe referia-se ao desrespeito do governo centro-africano com um acordo de paz previamente negociado juntamente com a União das Forças Democráticas pela Manifestação, um dos grupos rebeldes do território. Sendo assim, um ano após a tentativa de Bozizé de tomar o poder, a guerra civil na RCA tem início (KAH, 2016; KÄIHKÖ; UTAS, 2014).

Ademais, nota-se que a continuidade do conflito foi vista com preocupação pela ONU e por outros países. Organizações com foco em Direitos Humanos como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional criticam fortemente a situação da RCA devido aos recorrentes sequestros, torturas, mortes e estupros contra mulheres no território, além do mais, aproximadamente um milhão de pessoas deixaram suas casas (CPSUA-CSNU, 2018). Deste modo, no ano de 2014, a ONU implementou a primeira missão no território intitulada MISCA (Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana), que, devido a escalada e a piora do conflito teve de ser posteriormente substituída pela MINUSCA (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017).

Portanto, afirma-se que apesar das tentativas de estabilização empreendidas pelas Nações Unidas, a situação da RCA permanece delicada. Tal cenário demonstra uma necessidade de empreender maiores rodadas de negociações a fim de tentar solucionar o conflito e trazer maior estabilidade para este Estado africano, o qual é também hoje considerado um dos mais pobres do mundo (CPSUA-CSNU, 2018).

2.3 Missões de paz e o cenário de atuação

As missões de paz são operações de paz utilizadas em Estados de situações conflituosas. É necessário que atuem na missão de paz, tropas de países, que de acordo com o sistema internacional, não tenham interesses políticos, estratégicos ou de qualquer natureza nos conflitos.(FINNEMORE,1996)

As missões são divididas em quatro partes: a primeira visa a promoção da paz, sendo aplicada no começo do conflito; a segunda trata da manutenção da paz, sendo que tende a preservar os acordos obtidos; a terceira parte tende a impor a paz, que requer o uso de mais recursos; e por fim, a construção da paz, que se dá ao modo de impedir a volta do conflito.(AGUILAR,2015)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas desempenha a função de criação e desenvolvimento das missões realizadas pela ONU, e de autorização de outras operações realizadas por diferentes órgãos e atores do sistema internacional. Assim, ele foi responsável pela implementação de grande parte das operações já criadas pela ONU, visto que as resoluções do conselho possuem caráter mandatório.(FONTOURA,2005))

As operações que visam manter a paz no Estado, tende a ter sua resolução por vias de acordos internacionais.

As missões de paz tem como principais responsabilidades, a proteção da população civil, a mobilização de tropas, a criação de condições para eleições e a proteção de comboios humanitários.(STOJANOVSKI,2013)

Os países contribuintes são determinados pelas resoluções de caráter recomendatório desenvolvido na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que possui o papel de formuladora do orçamento cabível as missões de paz.

2.4 MINUSCA: a operação de paz dentro do território africano

Como tema central deste comitê, a MINUSCA, é uma operação de peacekeeping (manter a paz) que, teve início no ano de 2014 pela resolução 2149 do Conselho de Segurança. O primeiro mandato da missão durou de setembro de 2014 a abril de 2015 e contou com aproximadamente dez mil militares, segundo a ONU. Além disso, o conselho permitiu intervenções francesas neste período, de modo a oferecer ajuda no território de sua ex-colônia.

Em meio a essa situação persistente de conflito, o sistema internacional vem agindo de modo a cessar as tensões na RCA. Esses esforços são exemplificados pela construção, em 2010, do Escritório Integrado da ONU para a Construção da Paz na República Centro Africana, ou BINUCA, responsável pelas missões de peacebuilding (construir a paz) no local, que encerrou suas operações em 2014 (ONU, 2018).

Os principais componentes da MINUSCA são os militares responsáveis por assegurar a segurança na RCA. Esses militares atuam em processos envolvendo reféns, auxiliam civis em sua movimentação no território, em especial comboios de ajuda humanitária, prestam apoio ao programa de Desarmamento, Desmobilização e

Reinserção, além de reconstruir rodovias e retomar prédios de grupos armados. Ainda, um adendo à essas funções é o projeto de alocação dos deslocados internos no país (ONU, 2018).

A MINUSCA possui ainda a Divisão de Assuntos Políticos (PAD). Este é um departamento responsável por promover diálogo político, inclusivo e de reconciliações; oferecer apoio para o processo político e tentativas de mediação; promover bons escritórios e análises políticas; e ainda manter conselhos estratégicos e recomendações políticas. Portanto, esse departamento deve auxiliar o regime de Faustin-Archange Touadéra, atual presidente da República Centro-Africana, a realizar as funções que um Estado necessita em suas fronteiras.

A missão de paz da República Centro-Africana conta com o auxílio do Serviço de Ação Anti-Minas das Nações Unidas, ou UNMAS, devido ao fato que não só as milícias e rebeldes centro africanos possuem acesso a armas, mas também a população civil. Dessa forma, o UNMAS é responsável por recolher e destruir armamentos, munições e resquícios de armas encontrados no local. Além disso, ele contribui para um ambiente mais humanitário no país, através de programas de instrução ao exército e a polícia nacional, assim como projetos de retirada das minas terrestres implantadas no Estado centro-africano.

Entretanto, os membros dessa missão de paz vêm recebendo denúncias de abusos, com destaque aos militares franceses, tropas da União Africana e das Nações Unidas que foram acusados de violência sexual, em sua maioria em relação a crianças. Segundo o Serviço de Pesquisa do Congresso (2016), desde seu segundo mandato, a MINUSCA é a operação de paz com o maior número de denúncias sexuais da história (ARRIEF; HUSTED, 2016).

A comunidade internacional alega que o alto número de violência sexual nessa operação é proveniente do fato de que alguns militares da União Africana que já estavam presentes no território foram realocados para a missão realizada pela ONU. No entanto as Nações Unidas foram acusadas de negligenciar esse tipo de violência na MINUSCA, em especial as denúncias feitas em relação aos militares franceses, desde 2014. No ano de 2016, foi realizada uma investigação terceirizada pelas Nações Unidas, que trabalhou com as vítimas em um processo de identificação dos criminosos. Ao final dessa investigação, 41 militares foram reconhecidos. Entretanto, a punição ou responsabilização dos acusados foi deixada pela ONU para os respectivos países (LAVILLE, 2016).

Além dos supostos crimes cometidos pelas tropas das Nações Unidas aos civis centro africanos, foram identificados também casos em que algumas tropas da MINUSCA foram vítimas de violência pelos grupos armados locais. O Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu uma nota cogitando classificar essas ações como crimes de guerra. A violência para com as tropas da missão é veementemente condenada pela comunidade internacional, visto que a MINUSCA visa proteger os civis e promover a paz em território centro africano (UN News, 2017).

2.5 Conselho de Direitos Humanos e suas principais características

Em 1946 foi criada a Comissão de Direitos Humanos da ONU. Porém, após 50 anos de atuação ela foi abolida com justificativa de uma crescente crise de credibilidade e profissionalismo, que acabava por afetar a própria ONU e sua reputação perante o cenário internacional. Em 2006, essa Comissão foi substituída pelo Conselho de

Direitos Humanos (CDH) de modo a não representar apenas uma organização de caráter defensivo e de autoproteção dos Estados, e sim de representação legal dos Direitos Humanos e da busca do seu fortalecimento nos lugares em que são mais violados. Neste novo Conselho, os membros seriam eleitos diretamente pela Assembleia Geral da ONU (PIOVESAN,2013). Tendo em vista os propósitos principais da ONU de manter a paz e a segurança internacional, aumentar a cooperação internacional e promover os Direitos Humanos no âmbito universal, o Conselho de Direitos Humanos foi criado de forma a efetivar de maneira mais concreta, clara e coerente esses três objetivos (PIOVESAN, 2013).

O Conselho de Direitos Humanos da ONU é um órgão composto por 47 Estados-membros eleitos que permanecem por três anos sem a reeleição após dois mandatos consecutivos. A composição do Conselho se baseia na seguinte divisão: África e Ásia-Pacífico com 13 assentos, América Latina e Caribe com 8 cadeiras, Europa Ocidental e outros Estados com 7 cadeiras e Europa do Leste com 6 cadeiras. Sua divisão de assentos mostra a intenção deste conselho de agregar mais países com um grau de desenvolvimento menor. O CDH tem como objetivos principais a busca por encontrar e resolver os casos de violações de direitos humanos em âmbito internacional, de forma a promover o diálogo necessário entre as nações, como também enviar ajudas humanitárias aos países e estabelecer um controle e fiscalização de suas atividades. Faz parte dos deveres do Conselho a promoção da educação dos direitos humanos, a promoção do diálogo sobre temas que abordem os direitos humanos entre os Estados, a contribuição através do envio de missões aos países afetados, à manutenção da fiscalização e segurança nos estabelecimentos de ajuda humanitária implantados no país (PIOVESAN, 2013).

Desde a criação das Nações Unidas em 1945, pós Segunda Guerra Mundial, foi estabelecida pela Carta das Nações Unidas a “fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade, no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres”, além da promoção do progresso social e de melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, sendo proclamada assim pela Assembleia Geral a atual Declaração Universal dos Direitos Humanos como “o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações” (Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Direito à, dignidade, à alimentação, à moradia e à segurança são alguns dos direitos essenciais que o CDH deve garantir no cenário mundial a todos, independentemente da raça, cor, religião ou classe. A violação desses direitos confere a este Conselho o direito de intervir de forma a reestabelecer a paz (PIOVESAN, 2013).

2.6 ONGs e outras organizações: atuando dentro da RCA

A República Centro-Africana vivencia um das maiores crises humanitárias e securitárias a nível global nos dias atuais. Apesar de organizações não governamentais (ONGs) estarem atuando no território , as ações em prol dos indivíduos moradores, se encontram em situação alarmante devido a ataques de rebeldes as instalações humanitárias na região.(PINNA,2018)

Capacetes azuis, tropas da União Africana e tropas francesas são algumas das ajudas já recebidas no território africano. Entretanto, a RCA conta também com ONGs humanitárias como Organização da Cooperação Islâmica (OCI), que procura uma resolução pacífica de conflitos por meio de negociações, mediações ou conciliações, e da MINUSCA, que tem o intuito de manutenção de paz no território. Portanto, a situação no país foge do controle da agenda de segurança internacional, visto que

devido a presença de forças rebeldes na região a ação das Organizações Internacionais se tornam mais difícil.(PINNA,2018)

De acordo com a ONG ‘‘Médico Sem Fronteiras’’, grande parte das instalações de saúde foram danificadas e destruídas devido à repetida interferência de grupos armados e do crime organizado nas regiões controladas pelas milícias, que dificulta o acesso e a permanência de organizações humanitárias;.(MASTRANGELO,2017)

Os principais problemas enfrentados pelas ONGs no território africano estão ligados à logística e à segurança. No caso da logística, muitos lugares que necessitam de ajuda são de difíceis acesso, fazendo com que o acesso seja feito de avião, que acaba se tornando inviável pelo alto custo do transporte. Já na questão de segurança, a necessidade de negociação com grupos armados para acessar locais com emergência humanitária torna ainda mais difícil, para as ONGs, a realização de suas atividades. (PINNA,2018)

Segundo a Unicef, a violência infantil atingiu níveis altos com casos de crianças sendo decapitadas, mutiladas, feridas e com membros amputados por não conseguirem chegar a tempo no centro médico.

O conflito existente na República Centro-Africana não recebe atenção necessária no cenário internacional. No entanto, é questionável o motivo desse esquecimento por parte do sistema internacional devido a existência de um tráfico de diamantes na região, o qual beneficia grande parte dos países de centro. Além disso, o conflito camufla os interesses dessa economia de guerra uma vez que, enquanto perdurar o conflito, os traficantes de diamantes continuam lucrando e aumentando as vendas de armamento. Isso torna ainda mais difícil a resolução dos problemas da região, necessária para que as missões de paz e a ajuda internacional atuem de forma a diminuir ou até encerrar a situação crítica que vive o país, na qual uma a cada duas pessoas depende de ajuda humanitária para sobreviver. De acordo com dados da própria ONU, cerca de dois milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária naquela região, e milhares de civis tiveram que ser deslocados, sendo obrigados a viver em abrigos improvisados, muita das vezes, superlotados (PINNA, 2018). Ou seja, a classificação da RCA como um dos países mais pobres do mundo, ocupando o último lugar do Índice de Desenvolvimento das Nações Unidas, é explicada principalmente pelos efeitos dessa guerra que opõe rebeldes cristãos e rebeldes muçulmanos, e que parece não ter solução humanitária e securitária efetiva (SCHWIKOWSKI, 2017).

3. Apresentação do comitê

‘‘A cooperação entre as Nações Unidas e a União Africana intensificou-se grandemente nos últimos anos, [...] na prevenção de conflitos, mediação, manutenção de paz e consolidação da paz’’ (UNITED NATIONS, 2014). Além disso, as intenções são de cooperações estreitas entre ambos, desde a assinatura do Programa Decenal de Capacitação para a União Africana, em 2006, corroborando assim para que a ONU apoie numerosas áreas temáticas, principalmente paz e segurança.

Essa reunião entre os Conselhos é realizada anualmente e possui caráter consultivo, além de abordar questões de segurança no continente africano, com foco nas missões de paz (UNITED NATIONS, 2016a). A ideia de que as missões de paz podem e devem ser conduzidas de maneira mais apropriada em cada região onde está inserida, é reafirmada através da aproximação e intensificação das relações entre o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA) e o Conselho de Segurança das Nações

Unidas (CSNU) (UNITED NATIONS, 2016).ente paz e segurança (UNITED NATIONS, 2014).

Atualmente, tem-se atuando em todo território africano, 9 missões de paz, são elas: a MINUSMA, no Mali; a MINURSO, no Saara Ocidental; a MINUSCA, na República Centro-Africana; a UNAMID, em Darfur; a UNMIL, na Libéria; a UNOCI, na Costa do Marfim; a MONUSCO, na República Democrática do Congo; a UNMISS, no Sudão do Sul e a UNISFA, no Sudão.

O grau de dependência do CPSUA em relação ao CSNU ainda é considerado alto, visto que membros do CSNU, como Estados Unidos, são os que mais colaboram financeiramente para as missões de paz. Isso faz com que os africanos tenham que ceder mais ou flexibilizar muitas de suas decisões e recomendações. No entanto, “os limitados recursos orçamentários do CPSUA impactam negativamente na mobilização dos recursos humanos, logísticos e materiais necessários para a efetivação de suas resoluções de paz e segurança” (BOUTELLIS; WILLIAMS; 2013). Sendo assim, a cooperação entre esses órgãos é de extrema importância devido ao menor alcance político africano.

Em 2018, considerando a caótica situação no território centro africano, entre muçulmanos e cristãos, a reunião entre os conselhos acontecerá na cidade de Malabo, capital da República da Guiné Equatorial, salientando a entrada desse país como membro rotativo do Conselho de Segurança no início de 2018. Essa reunião acontecerá em português, valorizando o idioma oficial do país sede e visa deliberar possíveis ações em prol da resolução desse conflito e na garantia dos Direitos Humanos da população centro africana. Essa reunião será de caráter consultivo, as resoluções seguirão o padrão de órgãos recomendatórios e nenhuma delegação, nem mesmo os membros permanentes do CSNU, terá direito ao veto.

3.1 O Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Conselho de Segurança das Nações Unidas foi criada com o intuito de tratar de questões primordiais como a paz e a segurança mundial. Foi fundada, através da Carta de São Francisco, “assinada em 26 de junho, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor em 24 de outubro daquele mesmo ano” (UNITED NATIONS, 2018).

A Carta da ONU é um documento que visa a organização dos Estados. “No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta” (UNITED NATIONS, 2018). Dentre os propósitos da carta da organização estão o respeito à autodeterminação dos povos e a busca pela segurança coletiva. (UNITED NATIONS, 2017a).

A Carta estipula que “os membros devem pautar suas ações em uma série de princípios estabelecidos pela mesma, partindo da premissa de que todos os membros são dotados de igualdade” (CARTA DA ONU, 1945). A mesma também prega que “os signatários devem cumprir suas obrigações e não agir de má fé, no intuito de garantirem para todos os direitos provenientes de suas condições de membros” (CARTA DA ONU, 1945).

A Carta das Nações Unidas estabeleceu seis órgãos principais das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança . De acordo com a Carta, as Nações Unidas têm quatro propósitos: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações

amigáveis entre as nações; cooperar na resolução de problemas internacionais e na promoção do respeito pelos Direitos Humanos; e ser um centro para harmonizar as ações das nações (UNITED NATIONS, 2017).

propósitos: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amigáveis entre as nações; cooperar na resolução de problemas internacionais e na promoção do respeito pelos Direitos Humanos; e ser um centro para harmonizar as ações das nações (UNITED NATIONS, 2017).

Enquanto outros órgãos das Nações Unidas fazem recomendações aos Estados membros, somente o Conselho de Segurança tem o poder de tomar decisões que os países são obrigados a implementar, de acordo com a Carta (UNITED NATIONS, 2017).

3.2 O Conselho de Paz e Segurança da União Africana

Em 1963, os até então 32 países africanos descolonizados e independentes foram signatários do acordo que criou a Organização da Unidade Africana (OUA). Posteriormente, um após outro, tornaram-se também signatários outros 21 países. A Carta da Organização estabelecia a promoção da unidade e da solidariedade entre os Estados africanos objetivando a melhoria de vida para todos os povos do continente. No entanto, os poucos recursos e a estrutura legal que pouco se impõe às jurisdições internas dos Estados-membros fizeram com que a OUA se restringisse a ser palco de debates e não de ações, sem contar que o foco era proteger a autonomia política dos recém-criados Estados e não promover a cooperação em si (AFRICAN UNION, 2014).

Em 2002, o desenho institucional da OUA foi modificado e novas estruturas foram adotadas por meio da implementação da União Africana, que segue ativa até o presente momento e conta com 54 membros. A União Africana tem atuado na mediação e prevenção de conflitos, como nos casos da Somália e do Sudão. Um dos princípios consagrados em seu tratado constitutivo e que tem contribuído para a defesa da democracia no continente é aquele que estabelece a condenação e rejeição a mudanças inconstitucionais de governo. Na base de sua fundação, a busca pela revitalização dos ideais de solidariedade continental pan-africanistas, a aceleração da integração e o estabelecimento de novos instrumentos normativos no que tange à segurança e à manutenção da democracia, como, por exemplo, a legalização da intervenção coletiva “em graves circunstâncias”. Neste contexto, a UA busca implementar uma nova Arquitetura de Paz e Segurança para a África (APSA) (ITAMARATY, 2017).

A vertente econômica da União Africana – a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) – tem privilegiado projetos de cooperação internacional nos quais o conceito de "parceria" se sobreponha ao da "assistência", com vistas a fomentar efetivo desenvolvimento no continente. Esse é outro exemplo do empenho africano, estimulado pela União Africana (UA), de engajar-se ativamente na solução dos problemas que afetam a região. Dessa forma, a organização tem contribuído de maneira significativa para a evolução institucional do continente, passando a capitanear o chamado "renascimento africano" e forjando um novo perfil para a África – caracterizado, sobretudo, pela modernização das instituições políticas e das estruturas econômicas. As iniciativas da UA estão voltadas ao respeito aos Direitos Humanos, à abertura econômica e à transparência administrativa nos Estados membros (ITAMARATY, 2017).

Em 2004, visando assumir posturas de peacekeeping e intervenção rápida em casos de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, foi criado o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA). Suas funções são: a promoção da paz, segurança e estabilidade na África, a diplomacia preventiva no contexto de conflitos africanos, e atuar em catástrofes e ações humanitárias. É o órgão da União Africana que atua diretamente na busca pela resolução de conflitos no continente com a percepção de que os tantos conflitos armados são protagonistas de um declínio socioeconômico a nível continental, além de causarem sofrimento e perda. Para aprovação de questões procedimentais exige maioria simples e, para resoluções, dois terços de seu quórum. Porém, deve-se tentar sempre o consenso (AFRICAN UNION, 2002).

4. QUESTÕES RELEVANTES ACERCA DO DEBATE

4.1 Quais as reformas necessárias para que a MINUSCA tenha uma ação mais efetiva na proteção dos Direitos Humanos?

4.2 Quais ações conjuntas entre os dois conselhos podem ser tomadas para minimizar o conflito?

4.3 Ações de conscientização seriam suficientes para acabar com os crimes contra membros de organizações internacionais e civis naquele território?

4.4 Caso haja um aumento das tensões, quais medidas emergenciais devem ser tomadas?

4.5 Qual a melhor maneira dos países do sistema internacional contribuir para a resolução do conflito na República Centro-Africana, sem ferir a soberania do mesmo e garantir que os Direitos daqueles cidadãos sejam garantidos?

4.6 Que outras medidas podem ser tomadas para evitar a violação dos Direitos Humanos na RCA e nos outros componentes do comitê?

5. POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES

5.1 República Centro-Africana

A República Centro-Africana é o principal país no contexto desse comitê, afinal o tema central é a respeito das violações de Direitos Humanos que ocorrem dentro de seu território. O país sempre teve problemas governamentais, desde sua independência da França. Esses problemas foram os responsáveis pela escalada de um conflito religioso que já matou milhares de pessoas, deixando outras tantas deslocadas, refugiadas e vulneráveis. ONGs tentam agir dentro do território centro africano para garantir os direitos da população, mas as milícias estão cada vez mais implacáveis, desferindo ataques sem escolha de alvos específicos.

5.2 Estados Unidos da América

Até o ápice da tensão centro africana, em 2013, os Estados Unidos possuíam presença insignificante na região. Apenas no segundo mandato do ex-presidente Barack Obama o governo estadunidense ampliou suas medidas intervencionistas no local. Dentre essas medidas estão sanções econômicas, intensificação das relações diplomáticas e, o mais importante, a criação da MINUSCA pelo CSNU, em 2014 (ARRIEF; HUSTED, 2016). Além de possuir um papel importante por ser membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e ainda ter

contribuído para a criação da MINUSCA, os Estados Unidos também investiram aproximadamente 14 bilhões de dólares em suporte a República Centro-Africana (RCA) no ano de 2016, ajuda essa que foi empregada em áreas mais necessitadas, como no amparo a deslocados internos.

5.3 República Francesa

Uma vez que a República Centro-Africana foi uma colônia francesa, este Estado sempre teve sua importância no país africano. A França se configura como o único Estado europeu que possui uma embaixada em Bagui (capital da República Centro-Africana) e busca apoiar as autoridades eleitas a fim de promover a estabilidade no país. Além disso, a França concede auxílio financeiro para gastos militares e para a promoção de um diálogo que amplie a cooperação com entidades como a ONU, União Africana e União Europeia. Podemos perceber então que a presença política, econômica e militar francesa ainda são contínuas neste local (FRANCE DIPLOMATIE; THE GUARDIAN, 2015). Em dezembro de 2013 a França implementou uma operação militar no território africano, chamada Operação Sangaris, a qual tinha o objetivo de promover e dar auxílio à MINUSCA, envolvendo cerca de 2000 soldados. A operação Sangaris chegou ao fim em 2016, entretanto partes dos soldados franceses continuam no território em outras frentes de auxílio. Outro ponto relevante no que diz respeito às tropas francesas presentes no país, foram as denúncias de abuso contra crianças africanas por soldados franceses. Tais denúncias começaram quando cerca de seis menores testemunharam sobre terem sido obrigados a se relacionarem com soldados em troca de alimento no campo em que se encontravam (THE GUARDIAN, 2015).

5.4 República da Guiné Equatorial

Mesmo com instabilidade dentro de seu território, a Guiné Equatorial se comprometeu a enviar tropas para a República Centro-Africana a fim de auxiliá-los na promoção do progresso e na tentativa de diminuir o conflito. Além disso, o país assumiu a liderança de mediação no conflito centro africano, no ano de 2013, quando a RCA mergulhou em um novo ciclo de violência. No entanto, tais ações não configuram a guiné Equatorial como país exemplo no combate à violação dos Direitos Humanos, muito menos como um garantidor de direitos civis ou sociais. A corrupção, pobreza e repressão são acontecimentos comuns neste país africano que é constantemente criticado nos fóruns internacionais por organizações como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch. Relatórios produzidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), demonstram que mais de 40% das crianças não estão matriculadas na educação primária e, daquelas que estão, apenas metade completam este estudo. Fatores como a má nutrição, falta de acesso a saneamento básico e água potável contribuem para este efeito (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017). Além do mais, a liberdade de expressão, associação e de imprensa não são garantias na Guiné Equatorial, uma vez que constantes situações de abuso de autoridade, prisões arbitrárias e intimidação são recorrentes. Ademais, a pena de morte ainda é utilizada como meio de punição (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017/2018; HUMAN RIGHTS WATCH, 2017).

5.5 República do Senegal

A República do Senegal tem uma significância grande devido a sua instabilidade de posicionamento. Durante seu mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no ano de 2017, o país se preocupou com pautas securitárias para seu Estado vizinho, Gâmbia. Entretanto, se

posicionou de forma contrária a um projeto de sanção contra a Síria, pelo uso de armamento químico. Além disso, o Senegal é um país que faz parte da União Africana e no entanto foge de seus princípios uma vez que em seu território há grande violação de Direitos Humanos. O governo não oferece educação básica completa e gratuita para crianças além de ser muito rígido em questão a liberdade de expressão. Liberdades homo afetivas também são ilegais e o acesso à saúde é precário. A violência contra a mulher é muito alarmante incluindo estupros, mutilação genital e submissão total aos maridos. O tráfico humano também é forte no território senegalês: meninos para o trabalho escravo e meninas para a prostituição.

5.6 República do Benim

A relação da República do Benim com a crise na República Centro-Africana (RCA) se intensifica no momento em que Michel Djotodia - ex-presidente centro africano, acusado de uma série de crimes internacionais ocorridos durante seu regime - buscou asilo em Benim após renunciar seu mandato (BBC, 2014). Buscando amenizar a situação, o Ministro de Relações Exteriores beninense afirmou que o asilo concedido a Djotodia seria uma forma de promover maior paz na região (DEUTSCHE WELLE, 2014). Para aumentar ainda mais o grau de importância beninense em relação à RCA, no ano de 2017 um general do Benim - Fernand Marcel Amoussou - se tornou o supervisor de uma operação do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU. Operação esta que visa investigar casos de violência das milícias contra os civis dentro do território centro africano, em locais que contam com a presença da MINUSCA (ONU, 2017).

5.7 República Federativa do Brasil

O Brasil possui forte vínculo com a República Centro-Africana (RCA), inclusive possui soldados na MINUSCA. Além disso, é um país que está sempre envolvido em missões de paz. Mesmo não sendo membro da União Africana nem estando entre os membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) no ano de 2018, o país carrega um fardo de importância devido ao grande desrespeito aos Direitos Humanos ocorrido em seu território e a constante instabilidade política de seu governo. Apesar de ser uma república democrática, o Brasil é um país com grande desigualdade social, preconceito e desrespeito aos civis, sendo denunciado constantemente na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) pelo descumprimento dos mesmos. É importante ressaltar também a forte crise institucional que o país vem enfrentando, culminada pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e a inserção de um presidente interino com baixíssima aceitação popular. Além do mais, este governante vem promovendo propostas de emendas constitucionais e modificações legislativas impopulares, como o reajuste do salário mínimo abaixo da inflação, teto para os gastos públicos que impactam no financiamento educacional e de saúde, a reforma trabalhista e a intervenção federal.

5.8 República do Congo

A República do Congo é divisa com a República Centro-Africana (RCA) e com a República Democrática do Congo, o que faz com que o país sofra influência da situação política conturbada de seus vizinhos, que é marcada pela constante violação dos Direitos Humanos. Não obstante, o Congo também possui casos de violação dos Direitos Humanos em seu território. De acordo com notícias da própria ONU, no começo de 2016, foram feitos relatos de violações cometidas por forças de segurança do governo no sul da capital Brazzaville. Alegou-se um ataque a uma delegacia de polícia e

outros ataques na cidade, que resultaram em 17 mortes de civis e policiais, além de diversos feridos. O fato de tal evento ter suscitado comunicação dentro do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) demonstra uma provável precariedade da situação relativa às garantias constitucionais da população civil congoleza.

5.9 República do Chade

A República do Chade possui forte aproximação com a República Centro-Africana (RCA), pois é destino de milhares de refugiados da mesma, devido a escalada de violência do conflito centro africano. Além disso, o Chade também recebe refugiados do Níger, o que acarreta um grande número de deslocados em território chadiano que por sua vez, deixa o país em condições precárias de auxílio às pessoas nessas condições. Ademais, o governo do Chade não garante os direitos civis plenos, como a liberdade de expressão. Sem contar que dentro de seu território existem diversos grupos terroristas, entre eles o Boko Haram e os Libertadores, que dificultam qualquer tipo de garantia dos Direitos Humanos. Apesar de tudo isso, o Chade contribui com tropas militares na MINUSCA. Em contrapartida, grupos insurgentes chadianos apoiam rebeldes centro africanos no golpe que ascendeu Bozizé ao governo da República Centro-Africana.

5.10 República de Angola

O Estado angolano possui uma relação muito próxima com a República Centro-Africana (RCA). No ano de 2016, foi assinado um acordo entre os dois Estados intitulado Acordo Geral de Cooperação, visando intensificar a cooperação em atividades que abrangem as áreas de saúde e integração regional pós-conflito. Além disso, a República da Angola presta apoio ao governo da RCA, além de estar enviando tropas à MINUSCA desde 2015, ano em que ocupou o assento de Membro Não Permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) pela última vez. Apesar de sofrer com problemas internos, violações de Direitos Humanos e crise institucional, a Angola continua prestando auxílio à RCA e mantendo suas tropas dentro do território centro africano.

5.11 República dos Camarões

Desde o golpe ao governo de François Bozizé, em 2013, que ocasionou o ápice do conflito na República Centro-Africana (RCA), a República dos Camarões se viu envolvida na situação conflituosa, visto que os rebeldes centro africanos costumam atacar regiões camaronenses em busca de recursos, devido ao fato de os países serem vizinhos (BBC, 2013). Além disso, o comércio de diamantes entre esses países é intenso e as relações políticas também são muito significativas, visto que o ex-presidente Bozizé buscou asilo político em Camarões após sua deposição do governo. Deve-se levar em conta ainda, o alto número de deslocados e refugiados da RCA em território camaronês, cerca de 275 mil pessoas se encontram nessa situação.

5.12 República da África do Sul

A República da África do Sul é um importante membro da União Africana (UA) e é um dos países mais desenvolvidos do continente africano, sendo também o mais rico. Apesar de ter um passado marcado pela forte discriminação racial, o país passou por um processo de restabelecimento de políticas de igualdade social e possui atualmente uma agenda fortemente voltada para a defesa dos Direitos Humanos. Além disso, tem um papel importante em intervenções humanitárias no continente africano, tendo enviado cerca de 400 soldados para a República Centro-Africana (RCA). Esses soldados tinham o objetivo de auxiliar o governo na luta contra os rebeldes, entretanto,

em uma coalizão feita por esses grupos insurgentes, 13 soldados da África do Sul foram mortos, o que motivou a retirada das tropas sul africanas do território centro africano.